

Congresso institui CPI das ambulâncias

Líderes têm até terça-feira para indicar componentes da comissão, que será presidida por um deputado e terá um senador na relatoria

José Cruz



Na sessão presidida por Renan (segundo à direita, ao lado de Luiz Otávio), Inocêncio Oliveira (E) lê o requerimento que resulta na criação da CPI das ambulâncias

Jane Araújo



No Plenário do Congresso Nacional, deputados e senadores acompanham a leitura e já se preparam para indicar os integrantes da nova comissão parlamentar de inquérito

O requerimento para criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai apurar irregularidades na compra de ambulâncias superfaturadas foi lido quarta-feira em sessão do Congresso Nacional. Ao declarar a comissão formalmente criada, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, informou que os líderes devem indicar os integrantes até a próxima terça-feira. As denúncias foram deflagradas pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, que resultou na prisão de dois ex-deputados e alguns assessores parlamentares, além de funcionária do Ministério da Saúde. **Página 3**

Comissão estuda novo modelo para o setor de saneamento **Página 8**

Alvaro: estados não cumprem responsabilidade fiscal **Página 7**

Viana defende ações contra o câncer de colo do útero **Página 7**

Comissão de Justiça aprova indicada para ministra do STJ

Depois de sabatina, a Comissão de Justiça do Senado aprovou a indicação da advogada Maria

Thereza Rocha de Assis Moura para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Página 5**



Célio Azevedo

Ao lado de Antonio Carlos, Maria Thereza responde aos questionamentos dos senadores na Comissão de Justiça do Senado

Relator no TCU, Valmir Campelo diz que as contas do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público estão em condições de serem aprovadas integralmente



Ministros do TCU entregam a Renan (2º à direita) relatório das contas aprovadas pelo tribunal com 30 ressalvas e 16 recomendações

Congresso recebe contas do governo referentes a 2005

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Motta, e os ministros Valmir Campelo e Guilherme Palmeira vieram na quarta-feira ao Congresso trazer o relatório das contas do governo referentes ao exercício de 2005. O TCU aprovou-as com 30 ressalvas e fez 16 recomendações a ministérios e órgãos da administração federal.

O documento foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e lido em sessão conjunta do Congresso, antes do envio à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Relator da matéria, Valmir Campelo disse que as contas do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público estão em

condições de serem aprovadas integralmente. O relatório sobre as contas do governo analisou a gestão dos recursos aplicados em confronto com as normas constitucionais e legais, especialmente com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O TCU concluiu que as despesas realizadas em 2005 somaram R\$ 1,1 trilhão. Desse total, apenas 5,1% – ou R\$ 55,7 bilhões – foram destinados à educação, saúde e segurança pública. De acordo com o tribunal, o governo não cumpriu o limite mínimo de aplicação de recursos na erradicação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental. Com a aplicação de R\$ 3,1 bilhões

nesses programas, deixaram de ser investidos R\$ 34,4 milhões para que se atingisse o mínimo exigido.

Segundo o relatório, os recursos empenhados em 2005 para a área de saúde representaram incremento de 14,8% em relação ao exercício anterior. Porém, esse crescimento só cumpriu o limite mínimo estabelecido na lei porque incluiu as transferências de renda do programa Bolsa Família.

O documento do TCU destaca que 61% dos convênios mantidos pelo governo até 2004 ainda não tiveram prestação de contas apresentada. Existem 2.581 convênios nessa situação, representando R\$ 5,9 bilhões, em valores não corrigidos.

Agências apresentam propostas para disciplinar publicidade do governo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira das mãos do presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Dalton Pastore, documento com sugestões para tornar mais transparente a publicidade do governo. A CPI dos Correios pediu à entidade, que congrega 75% das agências no Brasil, que apresentasse propostas para o combate à corrupção em relação à publicidade governamental.

Pastore afirmou que Marcos Valério – cujas empresas de publicidade foram vitoriosas em diversas licitações feitas no governo Lula – prejudicou profundamente a imagem das agências no país. O presidente da Abap disse que entregou a Renan

propostas para tornar o processo licitatório de contratação dessas agências o mais lícito possível, como, por exemplo, padronizar o *briefing* – resumo preliminar que os órgãos fornecem às agências licitantes para servir de referência na elaboração de suas propostas técnicas. Segundo Pastore, hoje muitos *briefings* não são claros, nem objetivos, permitindo diferentes interpretações.

A Abap quer ainda que as comissões de licitação deixem de ser compostas apenas por representantes da Secretaria de Comunicação do governo e pelos órgãos participantes da concorrência. A idéia é que profissionais com experiência em publicidade sejam pré-cadastrados para formar as comissões.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: discursos e comunicados

Às 9h, está prevista sessão não deliberativa, ou seja, sem votações de projetos, destinada aos pronunciamentos dos senadores e aos comunicados da Mesa. Na próxima semana, os parlamentares devem começar a discutir a proposta de reajuste do salário mínimo, com destaque para a concessão de aumento semelhante aos aposentados e pensionistas.

Brasil Antártica na TV Senado

A TV Senado estreia hoje, às 22h45, o especial *Brasil Antártica*. Durante 12 dias, uma equipe integrada por profissionais da TV Senado e da TV Câmara acompanhou o trabalho desenvolvido por brasileiros na Antártica. O programa mostra a importância econômica e ambiental do continente gelado, a história da participação brasileira naquela área, os investimentos e a infra-estrutura que o país mantém na Antártica. Estão previstas reprises no sábado, 15h30 e 21h30, e no domingo, 15h30 e 22h.

Artistas Brasileiros

Começa na quarta-feira, no Salão Negro, a mostra *Artistas Brasileiros*, que reúne nomes de todos os estados do país, entre talentos desconhecidos e nomes consagrados. Essa é a segunda edição do evento.

Especial CPI dos Bingos

Às 20h de hoje, a Rádio Senado traz reportagem especial sobre a CPI dos Bingos. O programa traça um panorama dos 11 meses da CPI, os principais casos e a polêmica em torno do relatório final.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho e pela senadora Heloísa Helena

Comissão será presidida por um deputado e terá um senador na relatoria, informou Renan Calheiros, durante sessão do Congresso Nacional realizada na quarta-feira



Para Alvaro, CPI deverá complementar trabalho do Ministério Público e da PF

Alvaro e Virgílio querem conclusão dentro de 30 dias

Durante a sessão conjunta do Congresso Nacional na quarta-feira, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que 30 dias são suficientes para que a CPI das ambulâncias consiga investigar as suspeitas de fraudes nas licitações com uso de recursos provenientes de emendas parlamentares ao Orçamento. Pouco antes, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), já havia manifestado opinião semelhante.

Alvaro afirmou que tanto o Ministério Público (MP) quanto a Polícia Federal (PF) já estão investigando o esquema de fraudes. Segundo o senador, a CPI servirá para complementar e dar mais transparência às investigações já iniciadas. Na avaliação de Alvaro, se Congresso, MP e PF não trabalharem juntos, não será possível concluir os trabalhos em um mês. O senador disse esperar que a comissão proponha a cassação do mandato dos parlamentares envolvidos e a “punição rigorosa” dos outros participantes. Já Arthur Virgílio defendeu uma apuração “rápida e precisa dos fatos”.

– As CPIs demoram, certas vezes, mais do que o necessário. Trinta dias podem ser suficientes, se todos se comprometerem com os trabalhos, sem obstaculizar as atividades – afirmou Virgílio.

Identificação

Romeu Tuma (PFL-SP) explicou que a Corregedoria do Senado recebeu cópia da investigação feita pelo delegado federal Tardelli Boaventura sobre a chamada máfia das ambulâncias. Ele afirmou que a Corregedoria “não parou um minuto” o processo de identificação dos parlamentares envolvidos no esquema de liberação de emendas para a compra de ambulâncias superfaturadas.

– Brigar para liberar uma emenda é legal. Mas é preciso apurar quem é o canalha que vendeu sua emenda – disse o corregedor.

Líderes têm até terça para indicar integrantes da CPI das ambulâncias

O 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), leu na quarta-feira, durante sessão conjunta, o requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito das ambulâncias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a nova CPI será presidida por um deputado e terá como relator um senador. Os líderes têm até o dia 20 para indicar os nomes dos representantes dos partidos na comissão.

A CPI pretende investigar o esquema que fraudava licitações para a compra de ambulâncias superfaturadas por prefeituras, mediante utilização de emendas parlamentares ao Orçamento. A máfia das ambulâncias foi desbaratada em maio pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal. As prefeituras compravam ambulâncias por preços superiores

de mercado, com recursos do Orçamento liberados por emendas parlamentares.

Envolvimento

As investigações do Ministério Público Federal apontaram que o esquema fraudulento envolvia Maria da Penha Lino, assessora do Ministério da Saúde, o empresário Darci José Vedoin, da empresa Planam, e Ronildo Medeiros, da Frontal, que vendia equipamentos para as ambulâncias.

Com licitações das quais participavam empresas de fachada e com ações para a liberação das emendas, as ambulâncias eram vendidas por mais de R\$ 80 mil, valor que equivale ao dobro do que custam realmente. Integrantes da quadrilha denunciaram, quando presos, a participação de parlamentares na fraude. Cada um receberia entre 10% e 15%

de propina sobre o valor de cada emenda liberada.

Assessores de deputados e do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), servidores públicos, além do ex-deputado Carlos Rodrigues (RJ) e de funcionários e dirigentes da Planam e da Frontal foram citados. O Supremo Tribunal Federal autorizou a investigação contra parlamentares.

A decisão de criar a CPI – proposta pelo PPS, PV e PSOL – foi tomada no início de junho durante reunião entre Renan, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e os líderes partidários.

A decisão será publicada no *Diário do Congresso*, sendo depois indicados os integrantes da comissão pelos líderes do Senado e da Câmara. Renan Calheiros então designará os membros do colegiado, que elegerão o presidente e o relator.



Sociedade quer nome dos envolvidos no esquema das ambulâncias, diz Heloísa

Heloísa: participação de parlamentares deve ser esclarecida

A líder do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), afirmou na quarta-feira, durante a sessão conjunta do Congresso em que foi lido o requerimento de criação da CPI das ambulâncias, que a população brasileira deseja saber quem são os parlamentares envolvidos no esquema de compras superfaturadas.

– Como dizia o senador Arthur Virgílio [PSDB-AM], não caberá a quem quer investigar obstaculizar as investigações. Portanto, não aceitaremos que se tente impedir a convocação e a tomada de depoimentos de senadores, deputados e funcionários de ministérios ou de qualquer órgão público envolvido no escândalo – declarou a senadora.

Duração

Quanto ao prazo que a comissão mista de inquérito terá para as investigações, Heloísa Helena afirmou que deve ser o menor possível, mas o necessário para o total esclarecimento do caso. Esse prazo, na opinião da senadora, poderá ser de 30, 60 ou 180 dias.

– Todos os senadores e deputados estarão recebendo o seu salário e têm que cumprir suas obrigações constitucionais. Não adianta o argumento de condições atípicas do ano eleitoral para tentar encurtar o prazo e atrapalhar a investigação – opinou a parlamentar.

Em seu pronunciamento, Heloísa Helena se referiu a frase do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que falara, minutos antes, a respeito do Senado como a “sucursal do paraíso”.

– Se for provado que tem senador e deputado envolvido, vai virar a sucursal do inferno. E o comportamento espetacular de alguns pode atrapalhar a investigação dos ladrões de ambulância, dos ladrões dos cofres públicos e da merenda escolar – concluiu a senadora por Alagoas.



Renan (D) preside sessão do Congresso Nacional em que o pedido de criação da CPI foi lido por Inocêncio Oliveira (E)

Eleições não atrapalham investigação, afirma Renan

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, disse acreditar que, apesar de 2006 ser um ano eleitoral, nada irá atrapalhar o funcionamento da CPI das ambulâncias. Renan observou que as CPIs não atrapalham o andamento dos trabalhos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Como exemplo, lembrou que em 2005, ano em que várias CPIs foram instaladas – com destaque para a dos Correios, a do Mensalão e a dos Bingos –, o Congresso Nacional aprovou nada menos que 57% de proposições de iniciativa

de parlamentares, “o maior índice dos últimos 18 anos”.

O senador informou ainda que a comissão destinada a investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento para compra superfaturada de ambulâncias deverá ser concluída em 180 dias, mas ressaltou que cabe aos integrantes da comissão optarem ou não pela redução do prazo para 30 dias, prorrogável por igual período. Renan Calheiros comunicou que as lideranças partidárias terão até terça-feira para indicar os nomes que irão

compor a CPI.

A informação foi prestada após a leitura do requerimento, encabeçado pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), de criação da nova comissão de inquérito. Renan Calheiros aproveitou a oportunidade para anunciar que já solicitou à Secretaria Geral da Mesa do Congresso a realização de um levantamento para determinar, obedecendo a cálculos proporcionais, os partidos políticos que integrarão a nova CPI, dentro do chamado critério regimental de rodízio.



Moreira Mouriz

Falta investimentos federais em infra-estrutura, diz César Borges

César Borges: governo não investe no país

Ao comentar as conclusões de seminário sobre infra-estrutura energética e de transporte do qual participou, no último sábado, o senador César Borges (PFL-BA) apontou a ausência de planejamento de ações do governo Lula nessas áreas. A atual gestão foi acusada ainda de ser incapaz de solucionar problemas de ordem financeira, administrativa ou técnica e responsabilizada por uma eventual retração no desenvolvimento da Bahia.

Segundo César Borges, o maior obstáculo ao avanço do desenvolvimento em seu estado é a falta de investimentos federais nas rodovias. O senador lembrou que a Bahia responde por 50% das exportações do Nordeste, mas adverte que a falta de investimentos nas BRs 324, 242 e 116, cujos problemas não seriam solucionados com uma simples operação tapa-buracos, pode prejudicar o escoamento da produção agrícola do oeste baiano.

Em relação ao modelo energético brasileiro, o parlamentar disse, inicialmente, que ele não confere segurança aos investidores. No setor de gás, César Borges acredita que essa situação poderá ser superada com a aprovação do projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que regulamenta a atividade (PLS 226/05). Em relação às hidrelétricas, entretanto, ele informou que mais de 23 usinas aguardam licença ambiental do Ibama para começar a operar. O senador afirmou ainda que o abandono nas rodovias e no setor energético também se estenderia às ferrovias e aos portos brasileiros.

Exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias corre risco: Ricardo Barros quer forçar decisão sobre proposta que veta emendas apresentadas para atender a interesses particulares e reduz comissão mista

Votação da LDO sob ameaça de obstrução no Congresso

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) anunciou na sessão do Congresso de quarta-feira que pretende obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO) caso o presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, não coloque em votação o projeto (PRN 2/05) que modifica a tramitação do Orçamento. Barros é o autor da proposta, que já esteve prestes a ser votada por duas vezes nas últimas semanas, o que não ocorreu por falta de acordo partidário.

O projeto da LDO deve chegar ao Plenário assim que for concluído seu exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde pode ir a votação na próxima semana. Pela legislação, o Congresso tem de votar a LDO até o dia 17 de julho, véspera do início do recesso parlamentar do

meio do ano. Caso a base governista não consiga colocar no Plenário pelo menos 41 senadores e 257 deputados, Ricardo Barros pode derrubar a sessão do Congresso, pedindo verificação de quórum, desde que tenha o apoio de um pequeno grupo de parlamentares.

O PRN 2/05 recebeu várias emendas, entre elas uma que reduz à metade o número de deputados e senadores na CMO (de 84 para 40 parlamentares). Outra impõe um rodízio obrigatório na comissão, impedindo que um mesmo parlamentar possa ser reconduzido todo ano para o colegiado, como titular. Essas duas emendas, aceitas inicialmente pelas lideranças partidárias, encontraram resistência entre os deputados e senadores.

O projeto proíbe ainda emendas de

comissão redigidas de forma genérica, uma tentativa de evitar que, na sua execução, elas possam ser direcionadas a interesses dos parlamentares que as apresentam. A emenda foi proposta depois que a Polícia Federal desbaratou, há cerca de dois meses, uma quadrilha que fraudava a venda de ambulâncias pagas com dinheiro oriundo de emendas parlamentares ao Orçamento federal – a Operação Sanguessuga.

Na reunião do Congresso de quarta-feira, foi lida mensagem do presidente da República pedindo a abertura de crédito suplementar de R\$ 641 milhões para o Ministério da Educação aplicar na melhoria e ampliação de atendimento no ensino médio e no financiamento do crédito educativo. A solicitação será agora examinada pela CMO.

Augusto Botelho diz que União tem de cumprir lei e pagar royalties à Marinha

Em discurso na quarta-feira, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) declarou que o governo federal precisa cumprir a lei e pagar à Marinha parte dos royalties sobre a produção de petróleo e gás natural. Ele citou a Lei 9.478/97 – também conhecida como Lei do Petróleo – que prevê tal repasse.

– Essa previsão legal não vem sendo cumprida devido ao contingenciamento de recursos feito pelo governo – declarou o parlamentar.

De acordo com o artigo 49 dessa lei, “a parcela do valor do royalty que exceder a 5% da produção terá

a seguinte distribuição (...), quando a lavra ocorrer na plataforma continental (...): 15% ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção”.

Augusto Botelho também disse que a atuação da Marinha é fundamental para proteger a produção e a exploração de petróleo e gás natural realizadas pela Petrobras. Ele argumentou que, “como a maior parte das regiões de produção se encontra no mar, precisamos de uma força naval em condições de patrulhar o litoral”.

– Mas, assim como as outras Forças



Roosevelt Pinheiro

Contingenciamento de verbas impede repasse previsto na Lei do Petróleo, adverte Augusto

Armadas, nossa Marinha se encontra sem as mínimas condições de cumprir sua missão constitucional – afirmou o senador, ao mencionar ainda matéria do jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual a força naval teria desativado 21 navios e nove aeronaves nos últimos cinco anos.

Virgílio alerta para tentativa de alterar Lei de Informática

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), encaminhou à Mesa requerimento aos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia solicitando informações sobre denúncias relativas a uma possível manobra política cujo objetivo é alterar a Lei de Informática. A mudança teria por finalidade estender benefícios fiscais concedidos especialmente ao Pólo Industrial da Zona Franca



Moreira Mouriz

Segundo Arthur Virgílio, manobra política estenderia benefícios para Região Sudeste

de Manaus a plantas industriais de bens de informática que poderão ser localizadas no Sudeste.

Virgílio lembrou que a bancada do Amazonas no Senado, formada por ele e pelos senadores Jefferson Pêres (PDT) e Gilberto Mestrinho

(PMDB), já havia barrado iniciativa nesse sentido na Casa, resguardando o benefício fiscal para a região. Ele argumentou ainda que a fabricação de televisores e monitores de TV, hoje de exclusividade das indústrias instaladas em Manaus, poderia ser prejudicada pela concorrência no Sudeste.

O líder explicou que os benefícios fiscais garantidos pela Lei de Informática são assegurados na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e atingem de 80% a 70% de redução desse tributo concedido à planta industrial de informática de Manaus gradativamente até 2019.



Roosevelt Pinheiro

Paim ressalta que sindicatos não se opõem a aumento de 16,7%

Paim defende reajuste para aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, na quarta-feira, que conversou com os dirigentes de todas as centrais sindicais e não encontrou nenhuma oposição ao reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas, previsto no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/06, em tramitação no Senado. Paim disse que o aumento beneficiará principalmente aqueles que recebem no máximo entre seis e sete salários mínimos.

– Todos me disseram que interagiram com o governo em tudo o que foi possível, mas que agora a bola está com o Congresso. Ninguém do movimento sindical está contra o reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas – garantiu.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a coerência da atuação parlamentar de Paim e anunciou que votará a favor do reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas. ACM disse que Paim é um símbolo na luta pelos trabalhadores brasileiros.

Paim defendeu também a perseguição constante de metas, tanto para o salário mínimo quanto para a reforma agrária e a taxa de juros. Para o senador, a luta não se esgota quando se atinge um objetivo determinado. Ele afirmou que a intenção deve ser a de chegar próximo ao ideal, pois não é possível atingi-lo.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) concordou com Paim e, fazendo uma comparação, disse que todos concordam com a queda dos juros e ninguém defende a inflação, mas que existem parâmetros a serem considerados para o controle da inflação.



Proposta de Tourinho fixa multa pesada a operadora que descumprir determinação

Tourinho quer tornar lei o bloqueio de celular em presídio

As operadoras de telefonia celular poderão ser obrigadas a instalar bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, de modo a impedir as ligações telefônicas no interior desses estabelecimentos penais. É o que propõe o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), por meio do projeto de lei já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ora tramitando

na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Se a matéria (PLS 137/06) for aprovada na CI, onde tramita em caráter terminativo, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que nove senadores apresentem recurso requerendo a votação do projeto pelo Plenário do Senado. O senador Demostenes Torres (PFL-GO), que deu parecer favorável à matéria na CCJ, também é relator do projeto na CI.

De acordo com a proposição, as operadoras teriam prazo de 180 dias a partir da publicação da lei, para instalar os bloqueadores, obrigando-se a prestar todos os serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos equipamentos.

As empresas que não cumprissem a lei estariam sujeitas à pena de multa, em valor a ser fixado na regulamentação da lei, sendo o mínimo de R\$ 30 mil e o máximo de R\$ 150 mil por estabelecimento penal. Persistindo o descumprimento, as operadoras perderiam o direito de exploração do Serviço Móvel Pessoal.



Luiz Otávio: medida facilita vida dos que enfrentam "dificuldades intransponíveis"

Proposta isenta de sanções deficiente que não votar

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentou projeto de lei para isentar de sanções as pessoas portadoras de deficiência física ou mental que não cumprirem suas obrigações eleitorais.

Com parecer favorável do senador Flávio Arns (PT-PR), o projeto 164/06 tramita na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). Depois, deverá seguir para a Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Pela proposta, as pessoas portadoras de deficiência, esquizofrenia ou outra enfermidade mental grave ficarão dispensadas das sanções relativas ao não alistamento ou ao não comparecimento à votação.

A proposta prevê que o juiz eleitoral competente, mediante requerimento da pessoa interessada, deverá expedir certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado depois de examinar os documentos comprobatórios da deficiência física ou mental do interessado.

Na justificativa do projeto, Luiz Otávio argumenta que a intenção da proposição não é isentar de suas obrigações eleitorais as pessoas portadoras de deficiência, mas apenas facilitar a vida daqueles deficientes que, diante de dificuldades intransponíveis, desejem optar pela certidão de quitação eleitoral que os isentará das sanções previstas no Código Eleitoral.

Em sabatina na Comissão de Justiça, Maria Thereza diz que é preciso dotar o Poder Judiciário de uma melhor estrutura, para torná-lo mais célere e eficiente



Maria Thereza (ao lado de Antonio Carlos, na foto à direita) critica a proposta de redução, de 18 para 14 anos, da maioria penal



Comissão aprova indicação de advogada para ministra do STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou quarta-feira, em votação secreta, parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) à indicação da advogada Maria Thereza Rocha de Assis Moura para ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Arnaldo da Fonseca. A mensagem do presidente da República com a designação será votada ainda em Plenário.

Maria Thereza é formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado em Direito Processual pela mesma instituição. Professora de Direito Processual da USP desde 1998, é autora de três livros e de vários artigos publicados. Como advogada, atua desde 1983, tendo trabalhado na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), no Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e na

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades.

Na sabatina, Romeu Tuma elogiou o currículo da advogada e afirmou que usará alguns dos seus livros e artigos como subsídio à apreciação de projetos sobre violência que tramitam na Casa. Edison Lobão (PFL-MA) quis saber a opinião dela sobre a lentidão do Judiciário e Eduardo Suplicy (PT-SP), sobre a eficácia das penas alternativas.

Por sua vez, Serys Slhessa-reno (PT-MT) lembrou que há cem anos a mulher nem sequer podia estudar e trabalhar fora de casa e, por essa razão, a indicação de Maria Thereza é mais uma vitória da mulher brasileira.

Ao responder às perguntas dos senadores, a advogada afirmou que é preciso dotar o Judiciário de melhor estrutura para que possa tornar-se mais eficiente e célere. Ela defendeu a fixação de penas restritivas de direitos para aqueles que não necessitam

ficar presos e disse não acreditar que a redução da maioria penal de 18 para 14 anos diminuirá a violência no país, pois significará, segundo ela, apenas a transferência, do interno, da Febem para um presídio.

Em sua exposição à CCJ, a candidata ao cargo de ministra do STJ afirmou que parte da sua carreira profissional foi dedicada ao trabalho social com as pessoas menos favorecidas, como assistência judiciária a presos e a pessoas moradoras de favelas e habitações coletivas.

– Minha colaboração será sempre pautada pelos valores recebidos em casa e pelos princípios da justiça, procurando defender todos os que dela precisam – destacou Maria Thereza, cuja indicação foi elogiada também pelos senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Lobão pede ao governo federal mais apoio às polícias do país

Edison Lobão (PFL-MA) defendeu na quarta-feira, em discurso da tribuna, um tratamento mais digno por parte do governo federal para as polícias do Brasil. Ele frisou que, para bem executarem suas tarefas, os batalhões precisam de equipamentos adequados, tecnologia atualizada, meios de transporte em boas condições e constantes cursos de qualificação.

O senador homenageou a Polícia Militar do Maranhão, que, desde sua criação, no século 19, “vem auxiliando os maranhenses em sua luta por liberdade, justiça,

ordem e progresso”.

– A convivência dessa Polícia Militar com a sociedade maranhense sempre transcorreu da melhor maneira possível. A população lhe dá apoio e solidariedade, certa de que os “fora-da-lei” jamais alcançarão a audácia de desafiar a ordem pública – relatou Lobão, acrescentando que a PM de seu estado, formada por 7 mil profissionais, está entre as melhores do país.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) enfatizou a importância de se garantir condições de vida dignas para os policiais.



Lobão elogia a PM do Maranhão, que, a seu ver, está entre as melhores do Brasil

Romeu Tuma (PFL-SP) também se associou à homenagem aos agentes de segurança e lembrou que uma das providências prioritárias dos protagonistas da Revolução Francesa foi a criação de uma força pública para defender seus princípios.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

- 150 mil livros
- 4 mil obras raras
- 450 mil fascículos de periódicos
- 2,7 milhões de recortes de jornal

Informação ao alcance de todos

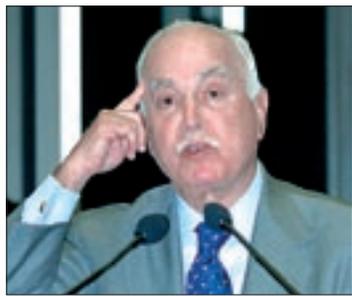
www.senado.gov.br/sf/biblioteca

Antonio Carlos volta a condenar invasão dos sem-terra à Câmara

Uma semana após a invasão e o quebra-quebra promovidos por integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) na Câmara, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que não esquece a imagem do “atentado covarde e criminoso” contra a instituição e a integridade física dos funcionários.

– O ataque à Câmara não foi impensado, mas um ato deliberado da insanidade coletiva do comando do MLST. O líder do movimento, Bruno Maranhão, fazia parte da executiva do PT. Tinha apoio logístico do partido e, por conseguinte, do próprio governo – afirmou.

Antonio Carlos lembrou o ato do presidente Lula, que colocou na cabeça o boné do MLST mesmo após seus integrantes terem invadido o prédio do Ministério



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ACM aponta como responsáveis pelo episódio o PT e o governo Lula

da Fazenda, classificando a postura do presidente de “infantil e irresponsável”. Em seguida, condenou a liberação de R\$ 5,6 milhões pelo governo, nos últimos 18 meses, para associação rural administrada pela entidade.

Embora considere legítimas as reivindicações dos movimentos rurais, Antonio Carlos acredita ser necessário combater excessos cometidos pelos seus membros.

Virgílio: MLST foi indiretamente financiado com verbas públicas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), voltou a analisar o episódio da invasão da Câmara dos Deputados por integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), no último dia 6. O senador considerou “um absurdo o movimento se beneficiar de verbas públicas, ainda que o repasse não tenha sido feito diretamente, uma vez que o movimento não se constituiu em pessoa jurídica, mas por intermédio de outras entidades”.

– Os R\$ 5 milhões em recursos públicos que financiaram o MLST não foram usados para treinamento agrícola, mas para invadir e depredar a Câmara – disse o senador.

Virgílio também criticou a ação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em relação aos índios mura-pirahã, do Amazonas, que estariam sendo obrigados a uma integração considerada nefasta com o mundo civilizado.

Outra crítica foi dirigida diretamente ao presidente Lula e ao ex-ministro da Integração Nacional e candidato a deputado Ciro Gomes, por “inaugurarem” as obras da Ferrovia Transnordestina. O PSDB entrou com representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a declaração de inelegibilidade dos dois por usarem a máquina pública em benefício de suas campanhas eleitorais.

TSE divulga regulamentação da minirreforma eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está disponibilizando no portal www.tse.gov.br, desde quarta-feira, resolução que regulamenta aspectos da Lei 11.300/06, também conhecida como Lei da Minirreforma Eleitoral, aprovada recentemente pelas duas Casas do Congresso Nacional. Entre as principais alterações aplicáveis ao pleito de outubro está a proibição de “showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral”.

Também estão vedadas nas próximas eleições “quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas e jurídicas”. Os candidatos estão proibidos ainda de realizar propaganda por meio de *outdoors* e de distribuir aos eleitores camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes e cestas básicas.

A Lei da Minirreforma Eleitoral foi concebida pelos congressistas com o objetivo de diminuir os custos de campanha.

Para senador, Exército, Marinha e Aeronáutica precisam de verbas para garantir a soberania nacional, defender riquezas naturais e aprofundar desenvolvimento científico

Saturnino pede mais recursos para equipar Forças Armadas

Ao registrar estudos que apontam para a possibilidade de crescimento, a longo prazo, da cobiça internacional sobre a biodiversidade do país e as reservas brasileiras de água e de petróleo, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a necessidade de investimentos nas Forças Armadas. Ele elogiou a criação, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar em Defesa das Forças Armadas e, no Senado, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, presidida por Romeu Tuma (PFL-SP).

– Essa aproximação entre as Forças Armadas e a Câmara e o Senado é uma tendência que



Saturnino: aproximação do Senado com as Forças Armadas é positiva e necessária

considero positiva e necessária. Como o Congresso vota o Orçamento, precisa alocar recursos para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica possam cumprir determinadas missões que são fundamentais e exclusivas delas – afirmou Saturnino.

Além de recursos para se

reequipar e garantir a soberania nacional e desestimular supostos invasores interessados nas riquezas do país, disse o senador, as Forças Armadas necessitam de verba para aprofundar o desenvolvimento científico. Ele também destacou a importância das missões de paz, como a que o Exército brasileiro desempenha no Haiti.

Em aparte, Augusto Botelho (PDT-RR) observou que o urânio e o nióbio encontrados na região amazônica tendem a ser motivo de cobiça internacional. Já Paulo Paim (PT-RS) opinou que as Forças Armadas também contribuem para a preservação do meio ambiente. Por sua vez, Tuma cobrou recursos para a Marinha prosseguir no projeto do submarino nuclear brasileiro.

Suplicy comemora encontro de Lula com o presidente do Peru

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar no avanço da integração econômica entre os países da América do Sul e considerou importante o encontro do presidente eleito do Peru, Alan García, com o presidente Lula, ocorrido na terça-feira.

Suplicy enalteceu a disposição de Lula para intermediar maior entendimento entre García e Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que apoiou o adversário de García nas eleições peruanas. Ele destacou a importância da recente adesão da Venezuela ao Mercosul para a integração do

continente e os acordos firmados, por meio do mercado comum, entre Brasil e Colômbia, Peru e Equador.

Suplicy afirmou não ser procedente a preocupação de possível isolamento econômico do Brasil sem a concretização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do Acordo de Livre Comércio com a União Européia. A seu ver, o comércio exterior brasileiro com nações desenvolvidas cresceu 60% entre 2002 e 2005, mesmo sem o país acatar os acordos propostos pelos norte-americanos e europeus – “que



Suplicy diz acreditar na integração econômica da América do Sul

propiciavam pouco acesso adicional a mercados nas áreas em que o Brasil é competitivo, como agricultura e indústrias tradicionais, e faziam muitas exigências que poderiam interferir na autonomia nacional na condução de políticas estratégicas”.

Tuma desconfia da ajuda de Chávez a brasileiros

Romeu Tuma (PFL-SP) criticou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por levar 79 pernambucanos para fazer cirurgia de catarata naquele país.

– Além de interferência indevida nos assuntos brasileiros, esse fato expõe a má gestão da política de saúde do governo Lula. A pretexto de quê e a serviço de quais interesses o



Tuma considera que oferta de cirurgias na Venezuela é interferência indevida

senhor Hugo Chávez se proporia a oferecer ajuda ao governo brasileiro? – questionou Tuma.

O senador disse que, na década de 1990, o programa Mutirão, implementado pelo ex-ministro

da Saúde José Serra, elevou bastante o número de cirurgias, mas que a situação piorou a partir de 2002, com a abolição dos mutirões.

Tuma lembrou que, segundo as metas do Projeto Milênio, das Nações Unidas, basta a aplicação anual de US\$ 110 por habitante para que um país resolvesse em menos de uma década os problemas de fome, mortalidade materna e infantil e doenças transmissíveis. Segundo o parlamentar, o Brasil gasta atualmente US\$ 124, com resultados muito aquém do esperado.

Viana defende ações contra o câncer de colo do útero

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu, na quarta-feira, a adoção pelo governo de medidas para combate, prevenção e acompanhamento do câncer do colo do útero, doença que, segundo ele, vitima 288 mil mulheres todos os anos no mundo, 8 mil delas no Brasil.

Diante do anúncio feito nos últimos dias nos Estados Unidos a respeito de uma vacina que poderá trazer proteção efetiva às mulheres, pesquisa da qual instituições brasileiras teriam participado, Viana sugeriu a realização de uma reunião interministerial para debater o tema, que, para ele, é urgente.

– Infelizmente as ações de controle e prevenção ainda estão aquém das expectativas e dos direitos das mulheres, mas o Brasil tem, agora, a oportunidade de causar um grande impacto de saúde pública em sua população feminina, adotando essa vacina de imediato – observou ele.

De acordo com o senador, trata-se de uma doença evitável, causada, em 99% dos casos, por um vírus, o HPV (vírus do papiloma



Rosevelt Pinheiro

Tião Viana sugere reunião para debater vacina que poderá proteger mulheres

humano), que leva à formação de verrugas na região genital, e, por isso, é popularmente conhecido como “doença da crista do galo”. Não sendo adequadamente tratado, o HPV pode evoluir para o câncer do colo do útero, e causar, conforme Viana, danos seriíssimos às mulheres, especialmente àquelas que ainda estão em idade reprodutiva.

Tião Viana acrescentou que, para a prevenção da doença, é fundamental que as mulheres façam anualmente o exame preventivo ginecológico, chamado de Papanicolaou.

– Também é importante considerar que o HPV é inaparente nos homens. Eles quase nunca sabem que são portadores do vírus, mas o transmitem. Daí a importância da utilização do preservativo nas relações sexuais – recomendou.

Proposta de Tourinho amplia oferta de remédios

Projeto de lei apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) quer garantir prioridade no fornecimento de medicamentos para tratamento de crianças carentes, para combate às doenças endêmicas e de uso contínuo. A proposta (PLS 89/06) visa alterar a Lei 10.858/04, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar, mediante con-

vênios ou contratos, medicamentos a preços subsidiados.

Tourinho explica que a regulamentação da lei criou o programa Farmácia Popular do Brasil, que pode estabelecer contratos também com estabelecimentos privados para a venda de medicamentos a preços subsidiados. Mas o senador informa que o ato autoriza as farmácias contratadas a colocarem à disposição remédios apenas para diabetes e hipertensão. Segundo ele, sua proposta poderá contribuir para melhorar a saúde da população brasileira.

MP 284 incentiva formalização do emprego doméstico

Uma das seis medidas provisórias (MPs) que estão obstruindo a pauta do Plenário do Senado é a MP 284/06, que tem o objetivo de aumentar a formalização do emprego doméstico no Brasil. Ela garante ao empregador pessoa física a possibilidade de descontar, na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, o valor da contribuição previdenciária

correspondente ao pagamento de um salário mínimo mensal a seu empregado doméstico.

Alterada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/06, a medida teve incorporadas ao texto 17 das 103 emendas apresentadas por deputados e senadores. O PLV manteve o limite de dedução a um empregado doméstico por declaração, mas inovou ao permitir que o valor da contribuição paga sobre o 13º salário também seja descontado e estabelecer que a dedução começa a valer para as contribuições pagas a partir de janeiro de 2006.

Senador afirma que 23 unidades da Federação utilizam liminares obtidas na Justiça para assegurar liberação de recursos federais sem prestar contas ao Tesouro Nacional

Alvaro: estados descumprem Lei de Responsabilidade Fiscal

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou na quarta-feira que 23 das 27 unidades da Federação não estão cumprindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), utilizando liminares obtidas na Justiça para assegurar a liberação de recursos federais sem prestar

contas ao Tesouro Nacional. O senador destacou a situação do Paraná, que, segundo ele, é o campeão da inadimplência, com oito pendências junto ao Tesouro. Alvaro Dias cobrou do governo federal a adoção de medidas para que os estados

cumpram a lei.

– Apenas Acre, São Paulo, Roraima e Maranhão não têm liminares. A situação do Paraná, recordista no ranking dos estados em situação irregular, é preocupante. A inadimplência pode comprometer e inviabilizar futuras administrações

“A inadimplência pode comprometer futuras administrações”, adverte representante do Paraná

– disse, ressaltando que a LRF representa uma conquista na gestão das contas públicas no país.

Alvaro Dias observou ainda que, apesar da Medida Provisória 281/06, que desde fevereiro isentou do Imposto de Renda

os investidores estrangeiros que compram títulos da dívida pública brasileira, o mercado registra queda na compra dos papéis do Tesouro Nacional. Conforme o senador, que foi contrário à aprovação da MP, o volume dos investimentos estrangeiros em títulos públicos caiu para R\$ 1,3 bilhão em abril e maio, o que, segundo ele, representa queda de 84,5% em relação a fevereiro e março.

– A volatilidade externa potencializa a aversão ao risco e diminui consideravelmente o volume de recursos para os mercados emergentes – disse, referindo-se às oscilações do mercado nas últimas semanas de maio.

Azeredo destaca inauguração da hidrelétrica de Irapé

A inauguração, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), da Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, em Irapé, no Vale do Jequitinhonha (MG), foi destacada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador lembrou que o início da obra, que recebeu investimento superior a R\$ 1 bilhão, se deu quando era governador do estado. Ele salientou que foram tomados os devidos cuidados com o impacto ambiental da hidrelétrica, pagas indenizações aos municípios parcialmente alagados e realocadas as famílias em fazendas da região.

O senador também registrou a inauguração, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), da Estação Ribeirão do Onça de tratamento de esgoto, em Belo Horizonte, que, conforme ressaltou, trará melhorias nas condições de vida da população. Sobre o tema, salientou ainda a importância da aprovação, pela Comissão Mista de Saneamento, de projeto que institui a Lei de Saneamento Básico, segundo ele, fundamental para melhorar as condições de desenvolvimento de diversos municípios e estados. A comissão trabalha na consolidação de duas propostas que



Rosevelt Pinheiro

Azeredo registra cuidados com impacto ambiental e realocação de famílias

tratam da questão: o Projeto de Lei 5.296/05, encaminhado em maio pelo Executivo, e o Projeto de Lei do Senado 155/05.

Azeredo elogiou ainda o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, pelo anúncio de licitação para obra de duplicação da BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília.

Debate sobre desenvolvimento sustentável em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) disse considerar “da maior importância” a realização em Roraima de debate sobre a melhor estratégia de desenvolvimento sustentável para o estado. A discussão ocorre dentro das consultas públicas visando à conclusão do Plano Amazônia



Moreira Matiz

Romero Jucá: consulta sobre estratégia para o estado é “da maior importância”

Sustentável (PAS), observou o senador.

A cargo da Casa Civil da Presidência da República e dos mi-

nistérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, as consultas têm como objetivo reunir as opiniões de autoridades em meio ambiente, representantes do poder público, integrantes da sociedade, de sindicatos e de empresários.

Em Boa Vista, o debate foi realizado quarta-feira, assim como em Palmas, seguindo-se a consultas em Cuiabá, Belém, Macapá e Porto Velho. As próximas reuniões terão lugar em São Luís, Manaus e Rio Branco.

Participação do governo nos debates promovidos por comissão mista, na avaliação de César Borges, poderia permitir avanço nas negociações para definição da proposta

Marco regulatório do saneamento será votado pela comissão mista

O presidente da Comissão Mista de Saneamento Básico, senador César Borges (PFL-BA), cobrou do governo a definição de uma posição sobre o saneamento básico no país para apresentar aos senadores e deputados federais. Na avaliação do parlamentar, uma posição do Executivo poderá permitir o avanço das negociações para a votação do projeto de um marco regulatório para o setor.

– Queremos que o governo participe deste debate, mas uma parte dele radicaliza e quer impor um modelo que já foi superado nas negociações da comissão – observou o parlamentar, acrescentando que o colegiado está muito próximo de ter um projeto comum para ser apresentado ao Congresso.

A comissão debateu na quarta-feira as emendas à minuta

de projeto do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que deverá ser votado na próxima semana. Foram apresentadas 23 emendas e um substitutivo, de autoria da deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG).

Júlio Lopes relatou encontro com o ministro Tarso Genro, da Secretaria de Relações Institucionais, na manhã de quarta-feira, no qual se buscou um entendimento para acelerar a aprovação do marco regulatório do saneamento. O senador Tião Viana (PT-AC) prometeu buscar junto ao governo um posicionamento sobre o assunto.

Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a execução das obras de saneamento por meio de parcerias entre prefeituras e governos, além das parcerias pú-

blico-privadas (PPPs). O senador citou um exemplo bem-sucedido de parceria, a Estação de Tratamento do Onça, que vai tratar da rede de esgotos de Belo Horizonte, de acordo com convênio firmado entre a prefeitura da capital e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). A obra foi inaugurada na última semana pelo governador Aécio Neves.

A comissão foi constituída pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, para consolidar dois projetos em tramitação que tratam do saneamento: o Projeto de Lei do Senado 155/05 e o Projeto de Lei da Câmara 5.296/05. O primeiro representa a visão dos governos estaduais e o último foi apresentado pelo governo federal.

Jefferson: brasileiros vibram com a Copa e esquecem o mensalão

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) reclamou do excessivo envolvimento dos brasileiros com os jogos da Copa do Mundo de Futebol, deixando de sair às ruas para protestar contra os casos de corrupção ocorridos no campo da política nacional, como o valerioduto e o mensalão.

– É uma postura que me preocupa. Um povo que está perdendo o senso ético, o sentimento de cidadania e levando a política no vai-da-valsas. É um povo que se mobiliza por causa de um jogo do Brasil contra a Croácia e não vem às ruas protestar – observou.

Jefferson criticou também par-

lamentares que se ausentaram do Congresso Nacional devido aos jogos da Copa do Mundo. Ele lamentou a presença de apenas cinco senadores em audiência promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos, na terça-feira, dia em que o Brasil estreou na Copa. Na reunião, com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e de diretores da instituição, foram discutidas as políticas monetária e cambial do país.

O senador condenou ainda o recebimento de aposentadoria de R\$ 4,2 mil pelo presidente Lula, concedida a ele por ter sido preso



Para Jefferson, “população está perdendo o senso ético, o sentimento de cidadania”

30 dias durante o regime militar. Jefferson criticou também o governo federal por negociar cargos com o PMDB.

– Estão lá negociando cargos. É o que dizem os jornais. Já estão pedindo diretoria dos Correios. O presidente da República recebe um partido para isso?

Ana Júlia aponta fidelidade dos mais pobres a Lula

“Os formadores de opinião estão atônitos, atarantados com o fato de a população mais pobre estar demonstrando a cada dia que está convicta de que o governo Lula fez muito e continua trabalhando para melhorar sua vida.” A opinião é da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que atribuiu a liderança do presidente Lula nas pesquisas eleitorais



De acordo com Ana Júlia, o povo se identifica com o presidente Lula

ao reconhecimento de sua administração pelos brasileiros de mais baixa renda.

Mesmo deixando claro que acredita em alterações no cenário político com o início da

propaganda eleitoral, Ana Júlia observou que as segundas pesquisas realizadas apontam que as camadas mais pobres da população são fiéis ao presidente. Ela opinou que o povo tem carinho e se identifica com Lula. Os votos do principal adversário petista na eleição presidencial, Geraldo Alckmin, do PSDB, ao contrário, têm se mostrado voláteis, afirmou a senadora.

Na avaliação de Ana Júlia, as pessoas mais pobres votam em Lula porque ele melhorou a vida de milhões de pessoas com programas como o Bolsa Família.



Gerardo Magela

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na quarta-feira da posse de Humberto Eustáquio Soares Martins e Massami Uyeda como ministros no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Também estiveram presentes à solenidade os senadores José Sarney (PMDB-AP), Edison Lobão (PFL-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP), Luiz Otávio (PMDB-PA) e João Tenório (PSDB-AL).

Heráclito quer investigação sobre morte de prefeito

Em discurso no Plenário, Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que a investigação sobre a morte de Gilberto Morgado, prefeito de Monte Alto, em São Paulo, “precisa ser acompanhada de perto pela Polícia Federal”. Morgado (PT) foi encontrado morto na última sexta-feira na capital paulista – ele teria caído do 23º andar de um prédio. Uma das hipóteses levantadas é a de suicídio.

Heráclito lembrou que Morgado havia denunciado irregularidades em contratos de serviços de lixo envolvendo a gestão anterior da prefeitura de Monte Alto e a empresa Leão Leão. Essa empre-



Moreira Mariz

Heráclito lembra que Morgado havia denunciado irregularidade em contrato

sa também está sendo investigada por suposta participação em esquema de corrupção em Ribeirão Preto (SP). A administração denunciada pelo prefeito foi a de Donizete Sartor (PSDB).

O senador criticou a postura do PT diante da morte de Morgado, e chegou a declarar que o partido “trabalhou para que a coisa passasse despercebida”.

Iris lamenta decisão do PMDB de não lançar candidato

Em pronunciamento que qualificou como “desabafo de uma militante”, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) disse lamentar a decisão de seu partido de não lançar candidato próprio à Presidência da República. Ela solidarizou-se com o colega Pedro Simon (PMDB-RS), que, em pronunciamento na terça-feira, manifestou seu desapontamento pelo mesmo motivo.

– Esse dilema de ter ou não candidato próprio à Presidência persegue o PMDB desde a retomada das eleições diretas, depois da enorme mobilização para a derrubada da ditadura militar. Quando saiu com candidatura



Rosevelt Pinheiro

Iris afirma apostar na militância para garantir a sobrevivência do PMDB

própria, o partido não obteve índices compatíveis com sua história e prestígio – destacou.

Iris frisou, no entanto, que, ao contrário de Simon, não acredita que o partido será “sepultado”. Ela manifestou sua crença na militância para garantir a sobrevivência do PMDB, ressaltando que o partido tem caráter nacional, estando presente “do menor município à maior metrópole”.